

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS,

BIBLIOTECAS E MUSEUS

Comunicação Oral

Ana Cristina De Albuquerque – UEL

Telma Campanha Madio – UNESP

albuanati@yahoo.com.br

Resumo: O documento fotográfico, através de processos de tratamento tanto de seus elementos formais quanto temáticos, torna-se uma importante fonte de pesquisa, representando uma possibilidade de conhecer diferentes realidades socioculturais. O contexto onde se insere e a ordem que lhes é dada podem influenciar no entendimento e uso de seus atributos e foi essa tensão o que procuramos apreender no âmbito de sua classificação, atividade que permite ao documento passar posteriormente às fases que completam seu tratamento em uma unidade informacional. Partimos da premissa de que mesmo com as discussões e pesquisas acerca do documento fotográfico, ainda podemos verificar constantes dúvidas que impõe desafios aos profissionais e pesquisadores atuantes na área de Ciência da Informação. Estas dúvidas se refletem no modo em que o pesquisador de imagens irá recuperar uma fotografia e as informações contidas nesta. Desse modo, primeiramente realizamos um estudo conceitual do termo classificação e de como este pode ser compreendido na ciência e em arquivos, bibliotecas e museus delineando como os caminhos deste termo influenciaram e participaram do processo de consolidação de cada um destes campos. Para tanto, realizamos uma pesquisa primeiramente bibliográfica e posteriormente exploratória no Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, Biblioteca Mario de Andrade, SP e no Museu Paulista, SP, para verificar os processos de classificação nestas instituições. Baseados na observação feita em cada instituição e no levantamento de documentos e manuais utilizados por estas, construímos nossa discussão com base no preceito de que todas as normas vigentes em arquivos, bibliotecas e museus podem englobar objetos tão singulares como os documentos fotográficos.

Palavras-chave: Documento fotográfico. Classificação bibliográfica. Classificação Arquivística. Classificação Museológica.

Abstract: The photographic document, through the treatment processes of both the formal and the thematic elements are important sources of research and it represents a possibility to get to know different sociocultural realities. Their contexts and order may interfere in the understanding and the use of their attributes. This tension is what I tried to catch in their classification sphere, which is the activity that allows the document go through the phases that complete the treatment as an informational unit. It is assumed that even with the discussions and researches about photographic documents, it is still possible to see constant doubts that challenges professionals and researchers who act in the the field of Information Science. These doubts reflect in the way the image researcher will recover a picture and the information it contains. This way, it is first done a conceptual study of the word classification and how it may be understood in science and files, libraries and museums outlining how this term influenced and took part of the consolidation process of each field. For that a bibliographic research was made and then data was collected in the Arquivo Público in the Estado in the São Paulo, SP, Mario de Andrade Library, SP and in Museu Paulista, SP, to check the classification processes in each institution. Based on the observations made by each institution and on the documents and manuals used by them, it was possible to start a discussion assuming that the rules for files, libraries and museums may have objects as unique as photographic documents.

Key words: Photographic document. Bibliographic classification. Archival classification. Museum classification.

1. INTRODUÇÃO

Entender como uma sociedade se estrutura é tentar perceber como, ao longo do tempo, foram deixadas marcas de decisões que fizeram que esta seguisse caminhos que iriam ter influências determinantes, no ambiente local e geral. No cotidiano, práticas e modos de fazer são construídos constantemente, refletindo o pensamento e disposição de uma determinada época, comunidade ou cultura. A documentação produzida, de diferentes tipos, tem o papel não só de comprovar, lembrar, testemunhar fatos, mas também de, através de estruturas complexas, refletir universos específicos, condensados em características e contradições que irão apresentar uma identidade própria, escrita por seus detentores que, ao conferir à sua documentação, ou coleção, uma disposição particular, apresentará os modos e relações com o mundo e com pessoas da época. Acumular e guardar tesouros para oferecer ao olhar, mesmo que sua função útil seja uma questão que fique em segundo plano, é uma prática que atravessa séculos.

Coleções de registros de qualquer natureza mostram o prazer em guardar, o vínculo profissional ou afetivo, traz a confirmação de conhecimentos adquiridos sobre determinados assuntos, lugares e objetos, enfim, exibe a teia de acontecimentos que o detentor quer que seja visto e reconhecido. Possuir e preservar aquilo que se deseja, que se valoriza e se acredita que não deve ser esquecido descobre sentido no ato de colecionar (MARQUES;SILVEIRA, 2005) e, com o ato de selecionar objetos, estabelece-se também um significado em relação a eles. Esses objetos, coletados e diferenciados trazem a possibilidade de formar uma classificação que, por sua vez, deve ser explicada e entendida de acordo com seu contexto histórico. Uma coleção mostra a relação existente entre as coisas colecionadas, o colecionador e seu contexto. Um colecionador conserva, divulga e transmite o que há de precioso. Uma unidade informacional institucionaliza, classifica, descreve, e disponibiliza.

Coletar, organizar, identificar, catalogar e classificar qualquer tipo de suporte são atividades que norteiam a montagem de um acervo e fazem de arquivos, bibliotecas e museus instituições onde ficam depositadas coleções ou fundos que fizeram parte da história de diferentes culturas pessoais ou institucionais.

O tratamento de acervos nasce juntamente com o desenvolvimento das ciências e com a necessidade de dar a uma determinada coleção, dentro de um ambiente próprio, o acesso às suas informações. As atividades que são executadas nessas instituições vêm da capacidade de colecionar e armazenar e estão ligadas a todo desenvolvimento das classificações do conhecimento, dos seres e dos saberes, ou seja, “antes das práticas legitimadas pelas instituições está a coleção.” (LARA FILHO, 2006, p.13).

Organizar o volume de informações que estão disponíveis é um desafio. A organização da informação não pode ser ao acaso: é o resultado de todas as transformações e influências sociais, econômicas e culturais que se dão no ambiente em que circula. A ordem, dada por seus produtores ou detentores, enquanto objetos de uso fora de um arquivo, biblioteca ou museu reflete o sentido de uma época, de uma cultura.

Neste contexto, esta pesquisa propôs uma reflexão sobre o conceito de classificação em arquivos, bibliotecas e museus e como esta é aplicada em relação a documentos fotográficos, estes, frutos muitas vezes das coleções particulares, de registros institucionais, documentação pessoal, etc. Em qualquer aspecto que se encontrem, a partir do momento em que estão em uma instituição, necessitam de métodos e tratamentos que façam refletir, da forma mais objetiva possível, as informações, por vezes claras e facilmente perceptíveis, por vezes, devido a sua contextualização e produção, de difícil acesso aos profissionais envolvidos em seu tratamento.

No âmbito de nossa pesquisa, abordamos a fotografia como um documento repleto de peculiaridades que acompanhou as mudanças sociais e consolidou inúmeros usos dentro desta. As coleções de fotografias acumuladas durante a vida de uma pessoa ou de uma instituição se transformaram posteriormente em documentos acumulados em instituições que também estavam sofrendo modificações e influências sociais. Os valores de prova e de realidade, vistas a partir das argumentações de Tagg (1998) se dão no sentido de que estão ligados diretamente às novas instituições que surgem no bojo daquela sociedade, assim como práticas de observação necessárias para manter um estado sob controle.

Graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades, povos, ou seja, tudo o que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos históricos que nos mostram, aliados a outras formas de

expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para a construção de uma determinada memória.

A organização e classificação dadas às coleções de fotografias que vão se formando, sejam estas coleções de natureza institucional ou pessoal, refletem o pensamento de uma época.

As formas de organizar e classificar documentos devem ser mantidas e respeitadas pelas instituições que os recolhem, a fim de “não apagar os traços da sua organicidade, traduzida no modo como ela foi acumulada, reunida e, ainda, naquilo que foi intercambiável nessa reunião” (GONÇALVES;MARCONDES, 2005, p. 263). Tarefa difícil e que exige um trabalho de pesquisa dos profissionais envolvidos no processo de tratamento das instituições que possuem acervos fotográficos, pois, “quanto mais uma classificação se adaptar a uma determinada época, menos adequada será para outra” (VICKERY, 1980, p. 187).

Sendo assim, parte-se da questão de que, apesar do número significativo de trabalhos e discussões apresentadas à área de Ciência da Informação sobre o tratamento do documento fotográfico em unidades de informação, este ainda impõe desafios aos profissionais que atuam junto a bibliotecas, arquivos e museus e questionamentos que, se devidamente levantados, poderão contribuir para melhorar e elucidar dúvidas tanto como estabelecer um maior aprofundamento na questão técnica e intelectual desse documento. Outro problema observado, no caso específico do assunto classificação de documentos fotográficos, é a escassa bibliografia acadêmica dos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia que não contemplam discussões nem tratam profundamente este tema. A classificação, nestes campos, é muito discutida a respeito de sua teoria, suas formas de execução, seus sistemas, no entanto, quando passamos ao estudo de documentos específicos, como em nosso caso, a literatura não dá base suficiente para que possam ser considerados os processos que documentos diferentes dos escritos têm de passar.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens em série. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve consequentemente, sua própria linguagem expressiva isto é, forma e conteúdo se imbricam de maneira inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo, em uma biblioteca ou em um museu ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos sendo diferentes as funções que

serão dadas às suas informações nesses acervos (ALBUQUERQUE, 2006). Dependendo dessa função, sua classificação tem um papel essencial tanto para o profissional quanto para o usuário pesquisador.

2. SOBRE A CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Um conceito, de acordo com Comte-Sponville (2003), em verbete do *Dicionário Filosófico*, é uma ideia abstrata de algo, mas que é definida e construída com precisão, pois é o resultado de uma prática e o elemento de uma teoria, seja esse conceito filosófico ou científico. Desta forma, estudar um determinado conceito torna-se tarefa interessante no momento em que percebemos que este passou por uma rica elaboração para se firmar durante o desenvolvimento social. Um conceito é como um instrumento em que, mentalmente, é possível definir diversas realidades, assim, pode-se compreender algo a partir do conjunto de propriedades que se elabora através dele. Portanto, os desenvolvimentos sociais são também fruto da elaboração de conceitos pelas pessoas, para melhor apreender e compreender o meio em que vivem e poder ter significados coerentes com suas aspirações.

Tendo sua raiz etimológica no latim *conceptus*, do verbo *concipere*, conceito significa “conter completamente” e “formar dentro de si”. É uma ideia que mentalmente se concebe e se pode entender, ou seja, é uma representação de uma realidade, mas abstrata e geral. Abbagnano (2000, p. 164) define conceito como:

[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, este termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc.

Assim, o autor mostra que conceitos são universais, pois, por serem gerais, podem ser aplicados a diferentes áreas ou coisas.

Uma característica é que um conceito tem uma história própria, pois ao mesmo tempo em que pode ser expresso por muitos “nomes” e significar a mesma coisa, ele é um emaranhado que se monta a partir de outros conceitos, é uma multiplicidade porque é construído constantemente.

De acordo com Shera (1957), um conceito é uma rede de associações, inferências, relacionamentos que se dão através do ato de categorização, pois, para o autor, se visto pelo ângulo da teoria do pensar, é um aspecto do processo do pensamento humano, ou seja, ao formar um conceito, determinada pessoa não o separa das funções

inerentes do pensamento, pois essa atividade está ligada ao processo de organização da memória e outras funções mentais que acontecem naturalmente. Segundo Shera (1957):

A conceituação, a formação de conceitos de classe, começou indubitablemente com o mundo físico imediato e com a ordenação dos objetos nele, e pode ter-se movido na direção da tendência primitiva do homem de atribuir animismo ao inanimado.

Desta forma, a memória cria referências em que um padrão de relacionamentos é designado, fazendo com que a formação de conceitos se perpetue a partir dessas determinações mentais. Para o autor, “conceitos são a matéria de que o padronizar, isto é, a classificação é feita.” (SHERA, 1957) ou seja, um conceito é a representação mental de um objeto, elaborado a partir do processo inerente de nomear, classificar e categorizar para compreender o mundo, sendo múltiplo em sua formulação e dependendo de sua época.

Os conceitos estão ligados à classificação pela maneira como dividimos e juntamos mentalmente objetos, pessoas, fatos, com isso dando características a cada um e montando, como um quebra-cabeça de significados, vários níveis e divisões de termos e palavras que se estendem até nossas ações cotidianas.

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

O conceito de classificação é definido por muitos autores como um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e também para entender e conhecer melhor um determinado objeto ou pessoa. “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças” (VICKERY, 1980, p. 23). Através da classificação é possível escolher dentro de diversas entidades — que, de acordo com Vickery (1980), são seres concretos e conceituais — as características que melhor têm relação com a entidade que foi determinada anteriormente.

Na perspectiva de Peña (2003, p. 30):

Es el acto de organizar el universo del conocimiento en algún orden sistemático. Ha sido considerada la actividad más fundamental de la mente humana. El acto de clasificar consiste en el dicotómico proceso de distinguir cosas u objetos que poseen cierta característica de aquellos que no la tienen, y agrupar en una clase cosas u objetos que tienen la propiedad o característica en común.

Assim, pode-se inicialmente colocar duas dimensões para este conceito: como processo mental, realizado consciente e inconscientemente pelas pessoas, com o objetivo de direcionar e organizar seu ambiente, sua rotina, seu trabalho, seus conhecimentos sobre o mundo; e a classificação com fins a organizar objetos, documentos, espaços, o conhecimento, as informações, para que estes não se percam e possam ser recuperados e mais facilmente tratados. Segundo Araújo (2006, p. 177), a definição do termo em questão pode “variar um pouco”, no entanto:

[...] traz o elemento essencial que caracteriza um processo de classificação: a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo). Nesse processo elege-se um critério de divisão, promovem-se definições e aproximações, estatutos e avaliações.

Com as classificações, tem-se a pretensão de organizar o universo do conhecimento em uma ordem sistemática, pois se agrupa não só o conhecimento, mas também objetos em uma classe comum. Para entender o conceito e o processo da classificação, é preciso percorrer sua história, que é cheia de diferentes manifestações, tanto como parte da vida do homem como fator do desenvolvimento das ciências, quanto como elemento utilitário para organizar a imensidão de documentos e informações que circulam de forma intensa em nossas áreas do conhecimento. Fundamentada em semelhanças e contrastes, a classificação pode reunir a síntese e a análise, pois é “o meio mais simples de, simultaneamente, discriminar os elementos de um conjunto e agrupá-los em subconjuntos — isto é, de analisar e sintetizá-lo” (BUNGE apud GIL, 2001. p. 91). Dessa forma, percebe-se também a relação com o desenvolvimento do conhecimento, pois, com a organização deste em classes, sua função se estende à de unificar e sistematizar os fatos e dados, com espaços que permitem crescer a partir do exterior, ou seja, nível a nível, de acordo com a hierarquia.

Baseados em Diemer, citado por Pombo (2002), a classificação se identifica com quatro grandes orientações. A primeira delas é a orientação ontológica, ou seja, a

classificação dos seres, tomando ontologia como a ciência que considera o ser em si mesmo, independente do modo em que se manifesta. Podemos identificar aqui o importante papel do início das classificações que, segundo a autora:

[...] corresponde o problema da classificação nas ciências o qual, desde Aristóteles até os nossos dias, interessa fundamentalmente aos lógicos e aos cientistas ligados a domínios em que a classificação tem um papel importante, tais como a biologia, a geologia, a cosmologia, a antropologia ou a tipologia psicológica. (POMBO, 2002, p. 2)

Sendo assim, as classificações estão, para Gil (2001), numa posição que antecede o conhecimento, pois a organização de objetos em classes é, segundo o autor, uma fase anterior à classificação; separa-se primeiro, depois se classifica. A determinação conceitual do termo classificação se faz de forma difícil, pois esta está entre “[...] o unívoco e o equívoco, reúnem análise e síntese.” (Gil, 2001, p. 91).

O autor se refere a M Bunge para definir classificação:

[...] a classificação é o meio mais simples de, simultaneamente, discriminar os elementos de um conjunto e agrupá-los em subconjuntos – isto é, de analisar e de sintetizar. (M. BUNGE apud GIL, 2001, p. 91)

A classificação seria colocada entre a descrição, destacando características dos elementos classificados, e a explicação, a partir dessas características, pois assim seria possível entender o que é ou onde se situa aquele elemento. O autor explica que, também, as classificações são uma “[...] manifestação directa do pensamento [...]”, (GIL, 2001, p. 91), e que:

No sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações – classificam-se populações de objectos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objectos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade/diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte), isto é, sobre uma modalidade do par anterior/posterior [...] (GIL, 2001, p. 91)

De acordo com o autor, em Aristóteles já era recomendado que a classificação fosse por opostos. Aristóteles tem enorme contribuição no entendimento do conceito de classificação¹, pois, de acordo com San Segundo Manuel (1996), o filósofo responde

¹ “O uso do termo “ciência” para denotar o estudo do mundo material, inorgânico, é relativamente recente. O termo clássico para o estudo da “natureza” é *physica*, a tradução latina do título de uma obra de Aristóteles. Embora ele não apresentasse uma classificação formal do conhecimento, o significado de *physica* pode ser derivado de um estudo de suas obras” (VICKERY, 1980, p. 188).

pela reflexão mais completa e mais bem elaborada sobre a classificação do conhecimento e é com ele que os primeiros indícios de uma classificação sistemática em relação às ciências aparecem. As ciências investigam causas e princípios que estão envolvidos com a natureza dos seres, por isso ela só se concretiza quando há conhecimento dessas causas, sejam elas observadas em seres ou objetos de estudo de qualquer área do conhecimento. Com esse pensamento, o filósofo contribui para as bases das investigações científicas ocidentais, tendo como fundamentos de sua obra a pretensão de buscar uma articulação entre os diferentes saberes e procurar, através de unidades, as estruturas que sustentam os ramos dos conhecimentos múltiplos existentes.

O conceito de classificação entendido pelos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia vêm ao encontro das concepções filosóficas quando pretendem, cada um ligado a sua especificidade, dar bases teóricas a uma atividade que poderia ser considerada apenas de caráter prático.

O conceito de classificação arquivística tem em seu cerne e concepção os princípios da proveniência e de respeito à ordem original. O princípio da proveniência ou respeito aos fundos se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que os profissionais se atentem ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Já o princípio de ordem original incide no fato de resguardar os documentos com sua ordem original nos fundos e evitar que esses sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos.

Dessa forma, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através desses princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico.

Classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. Abordando a teoria da classificação, Sousa (2006, p. 251) a define como:

[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa

distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

O autor ressalta que, nos casos em que a classificação é feita de forma artificial, acontece a divisão pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização. Nos casos em que a classificação é feita de forma natural, esta traduz toda a ordem que é seguida no meio em que esses objetos estão. Portanto, de forma empírica, observa-se como esses elementos e objetos estão inseridos em seu meio, como se dão suas semelhanças e diferenças, e parte-se para a divisão, permanecendo juntos os semelhantes (SOUZA, 2006).

A perspectiva da Arquivística Integrada, que defende a idéia de realizar concomitantemente as atividades de classificação, avaliação e descrição, parte de algumas fases para contemplar o resultado. Para Lopes (1996, p.89) a classificação arquivística é entendida como:

a ordenação intelectual e física de acervos baseada numa proposta de hierarquização das informações referentes aos mesmos. Esta hierarquia se consubstancia em planos ou quadros de classificação e em normas gerais de procedimento derivadas do conhecimento da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo.

Para o autor há etapas de pesquisa que levarão à elaboração da classificação mais adequada ao acervo e dos procedimentos que resultarão na recuperação das informações. Lopes (1996) escreve que é defendida uma classificação que possa gerar dossiês dos documentos que devem ser unidos efetivamente sob “o ponto de vista intelectual” (LOPES, 1996, p. 99), pois podem estar separados fisicamente por conta de seus suportes, mas têm de refletir a estrutura da organização.

Assim, entende-se a classificação como uma atividade ímpar, que será a ponte entre o produtor e o usuário, a atividade que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíam dentro de cada órgão produtor. Ela não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor

grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país. A principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado fato.

As classificações bibliográficas, como as conhecemos atualmente, são fruto do final do século XIX, quando foram elaboradas tabelas sistemáticas que pretendiam dividir o conhecimento de forma a ser funcional para encontrar informações e documentos. Aqui se pode perceber o terceiro e quarto nível da problemática das classificações discutido por Pombo (2002). A classificação dos livros e das informações representa, para a autora, um novo domínio no mundo das ciências, já que se propõe a especificamente tratar dos sistemas de classificação para organização de documentos.

o objecto de análise é então o conceito de classificação na sua idealidade e abstracção máxima; o objectivo, a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios da sua realização. (POMBO, 2002, p.3).

A autora faz uma observação em relação a Diemer que considera que mesmo que a classificação tenha fins utilitaristas é necessário, para sua elaboração, a ajuda dos filósofos, pois tratam de problemas clássicos da teoria do conhecimento.

Com a finalidade de estabelecer as relações devidas entre os documentos, mantendo as características intelectuais de sistemas de pensamento que foram desenvolvidos até o momento, os sistemas de classificação se tornaram instrumentos imprescindíveis para as funções dentro de uma unidade informacional. Desta forma, a classificação bibliográfica pode ser definida como:

[...] la agrupación u orden de libros y outro tipo de documentos según su contenido, formando grupos dentro de los campos de conocimiento humanos en que estos campos resultan ser compartimentos conceptuales. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p.69).

O ordenamento de documentos de acordo com o assunto de que tratam e sua separação ou junção que leva em consideração as semelhanças e diferenças é a base das classificações bibliográficas, pois, “Na verdade, quando nos referimos á classificação bibliográfica, subentendemos uma classificação que tem por base os assuntos tratados nos documentos.” (PIEDEADE, 1983, p.65). Mesmo sendo bibliográficas, Piedade (1983), explica que uma classificação pode ter base filosófica ou não, e as que não tem são denominadas *classificações utilitárias*. A autora cita uma série de estudiosos² que concordam ou não que as classificações bibliográficas sejam acrescidas de elementos

² Ver Piedade (1983, p.65-66).

das classificações filosóficas e descreve algumas características necessárias para tratar os documentos:

1. uma classe que reúna as obras sobre todos os assuntos, subdividida pela forma do documento;
2. subdivisões de forma, aplicáveis aos vários assuntos;
3. uma notação, isto é, um conjunto de símbolos para representarem os assuntos e permitir a ordenação lógica dos documentos;
4. um índice, para facilitar a consulta. (PIEDADE, 1983, p.66).

Em relação ao conceito de classificação bibliográfica, San Segundo Manuel (1996, p. 70) escreve que estas:

[...] se basan prioritariamente en las clasificaciones del conocimiento, pero añaden a éstas distintas características que las conforman como tales. En las clasificaciones documentales las consideraciones de orden práctico priman sobre los fundamentos filosóficos, aunque éstos sean la base de su estructura, además estas clasificaciones son aplicadas indistintamente a bibliografías y bibliotecas. Así la practicidade de las clasificaciones documentales conlleva características o criterios que determinan la adecuación y utilidad del sistema.

A autora explica que as classificações bibliográficas têm o objetivo de ordenar os grupos temáticos de uma determinada unidade documental e elaborar catálogos e bibliografias sistemáticas que sejam úteis à recuperação das informações, sendo que toda a documentação seria regida por uma ordem que se interrelaciona (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Nesta direção, Tálamo et al (1995), escrevem que o acesso à informação sempre é realizado através de intermediações, ou seja, sempre terá um meio para ser transmitida, sendo assim, as intermediações, em uma biblioteca, se materializam nas figuras dos catálogos e bibliografias onde as informações podem se relacionar de forma a dar acesso a documentos que estariam eventualmente dispersos.

Tálamo et al (1995, p.53), explicam que:

Para entender essa organização é preciso considerar, inicialmente, os sistemas que lhe servem de base. Pode-se afirmar, sem erro, que tais sistemas são de natureza classificatória, isto é, partem do princípio de que as informações podem ser organizadas em um número infinito de classes.

Como outros autores, San Segundo Manuel (1996), também aponta algumas características e requisitos para que uma boa classificação seja realizada sendo que em primeiro lugar é necessário envolver de forma geral os diversos assuntos, em toda a sua extensão, para que sejam contemplados os diferentes ramos do conhecimento e deve ser expansiva, tendo espaço para novos assuntos e conceitos; deve ser lógica e

compreensível e ter um esquema de facetas, para conseguir chegar a todos os assuntos mesmo os menos específicos; deve incluir aspectos como divisões que se remetem a forma, lugar e tempo para a classificação se tornar mais completa; deve conter uma notação adequada à organização e representação dos assuntos; deve ter o cuidado de relacionar e combinar conceitos a partir do desenvolvimento de símbolos documentais, onde é possível expressar por exemplo, pontos de vista sobre um assunto; o índice alfabético deve ser claro e funcional para localização mais rápida de assuntos e por último deve explicar de forma clara como o instrumento pode ser utilizado (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Em museus a principal atividade que alimenta e conduz sua existência são as coleções. O colecionismo tem um papel fundamental na formação e na condução de um museu, aliás, para manter estas coleções preservadas e organizadas com o objetivo de mostrar ao público, é necessário um lugar onde, além do espaço físico, seja possível o tratamento destes objetos. Meneses (1994) explica que estamos num universo onde a cultura material é indispensável para nossa sobrevivência, seja ela biológica, social ou psíquica e que esta participa da “[...] produção e reprodução social [...]” (MENESES, 1994, p.12), sendo que pode-se não perceber totalmente os mecanismos que esta produção e reprodução se dão, contudo estas estão refletidas nas apropriações sociais que se fazem da natureza física das coisas. O autor escreve que:

No museu, nos defrontamos com objetos enquanto objetos, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança – atributo capital de toda realidade humana – deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível. (MENESES, 1994, p.12).

Para Meneses (1994), existem os “documentos de nascença”, ou seja, em algumas sociedades primitivas ou complexas é possível que certos objetos sejam criados com a função de documentar, já que o homem é um ser documentado, mas qualquer objeto pode ter sua função atribuída a documento, pois são de natureza retórica e isto dá ao historiador a possibilidade de falar sobre o objeto e “a explicitação de seus critérios e procedimento é fundamental para definir o alcance de sua fala. (MENESES, 1994,

p.21). Neste âmbito, Barbuy (2008), reitera este entendimento quando escreve que não há dúvidas que um artefato seja um portador de informações diversas sobre a história, o passado um lugar. Os objetos levam a recordar ou conhecer menos um fragmento, se contextualizado, da realidade que passou. Desta forma se configuram como integrantes de um sistema de cultura específico, mesmo quando observados individualmente, e materializam a cultura (BARBUY, 2008).

Os objetos de museus são retirados de seu habitat natural onde têm um significado e estão inseridos em um contexto e são transferidos para um lugar artificial, criado para abrigá-los com o desafio de preservar sua história. Essa passagem do natural para o artificial faz com que o objeto seja considerado, em um museu, um documento, uma fonte para pesquisadores e para exposições. Portanto, na museologia, Otlet (LARA FILHO, 2006) identifica muitas semelhanças entre uma biblioteca e um museu, que se caracterizam por seus acervos e práticas e defende uma classificação das peças seguindo critérios diversos como cronológicos, geográficos ou outros, que vão depender das características e propósitos que tem o museu. A classificação museológica tem o objetivo de estabelecer categorias em relação ás coleções e inserir os objetos cada um em sua categoria correspondente. A classificação vai determinar a identificação de forma correta dos objetos assim como possibilitar uma análise dos níveis de informação que este possui. O termo classificação é definido pelos Cadernos de Diretrizes Museológicas (2006, p.148) como:

seqüência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc.

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, seguem o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação.

Respeitando as tradições e fazeres de cada campo, o conceito de classificação se mostra por vezes diverso, quando pensado apenas pela ótica da diversidade de acervo e guarda de documentos em cada instituição, mas também se mostra próximo quando visto sob a ótica da organização das informações em cada um destes campos.

3. CLASSIFICAÇÃO E FOTOGRAFIAS: observando as instituições

Para um melhor entendimento de como o documento fotográfico é classificado e suas informações tratadas em arquivos, bibliotecas e museus, foram realizadas visitas técnicas com o objetivo de observação *in loco* que forneceram subsídios para compor considerações em relação ao tema. As visitas permitiram um maior contato com os profissionais que realizam os trabalhos acerca dos documentos fotográficos das instituições, a observação de seus fazeres e a explicação por meio de quem realmente está no dia a dia do serviço de documentação.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, os documentos fotográficos estão no Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico que tem descritas as seguintes atribuições, de acordo com o site oficial do Arquivo Público:

I – assegurar a preservação e o acesso aos documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;
II – gerir:

- a) os documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;
- b) a movimentação dos documentos sob sua guarda;
- c) em ambiente específico, o atendimento ao público.

O Centro é dividido no Núcleo de Acervo Cartográfico onde são tratados mapas e plantas e o Núcleo de Acervo Iconográfico, que tem a função de identificar, organizar, classificar, catalogar e descrever os documentos iconográficos, assim como implantar e gerenciar um programa de conversão digital do acervo.

De acordo com Santos (1999), há cerca de 1 milhão de imagens reunidas no Núcleo que são organizadas de acordo com o fundo a que pertencem podendo ser da administração ou dos Arquivos Privados. Para que a consulta possa ser realizada, o Arquivo Público elaborou guias onde é possível ter acesso à documentação que se encontra disponível no site oficial do arquivo. A autora enumera algumas coleções fotográficas de importante valor histórico como a *Coleção Guilherme Gaensly*, que retratam marcos arquivísticos da cidade de São Paulo; o *Álbum de Fotografia da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908*, que contém imagens da escola que tinha o objetivo de formar professores; *Álbum de Retratos*, formada por retratos pessoais de origem desconhecida do final do século XIX; *Coleção de Cartões Postais*, que retratam diferentes cidades brasileiras e europeias (SANTOS, 1999).

A grande maioria dos documentos fotográficos que se encontram no Arquivo Público é do Jornal Última Hora que foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951 e circulou até 1971. O Fundo Última Hora ficava armazenado no arquivo do próprio jornal e foi adquirido por compra pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo por conta de seu valor histórico em 1989. Desde então, vem sendo realizado, através do trabalho da equipe e de projetos, o tratamento do fundo que está disponível no site oficial do Arquivo dividido em três segmentos: ilustrações, fotografias e jornais.

As atividades de tratamento das fotografias do fundo Última Hora tiveram início no ano de 2006. O projeto, de acordo com informações do site oficial e da observação realizada na instituição, tem o objetivo de organizar, conservar, realizar o tratamento das imagens, produzir instrumentos de pesquisa e disponibilizar os documentos digitalizados na internet. Até o momento, de acordo com informações na visita técnica á instituição, há 90.000 imagens disponíveis no site.

Primeiramente as fotografias tiveram o tratamento arquivístico referente a todo o Fundo. A organização do Fundo e consequentemente das fotografias respeitaram a organização original, ou seja, foi respeitado o princípio da proveniência. As fotografias do Última Hora são resultados das “missões fotográficas”, trabalho que era desenvolvido por fotógrafos quando estes iam a campo para fazer a cobertura de notícias. As fotografias então produzidas por estes fotógrafos originam uma série. Desta forma, o título de cada missão – que geralmente se refere ao assunto da reportagem - descrito nos envelopes recebidos pelo Arquivo Público foi mantido e transcreto para o site.

Assim, podemos inferir que o tratamento dado às fotografias do Fundo Última Hora no Arquivo Público foi feito a partir do momento de sua entrada e que foi respeitado o princípio da proveniência e feito um arranjo conforme o fundo. O arranjo é uma atividade consagrada na literatura brasileira que se refere a organização da documentação de caráter permanente. Do ponto de vista de Gonçalves (1998, p.12) sobre a questão da denominação das atividades de classificação ou arranjo, a autora explica que em qualquer um dos casos o objetivo final é “[...] definir as grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão [...]”, e questiona se é necessário que denominações diferentes possam ser dadas a este tipo de tratamento, mesmo que seja feito conforme cada caso em particular. Entendemos a denominação de arranjo nos arquivos permanentes e respeitamos a literatura corrente, no entanto, fica claro na situação que é dado um lugar

de acordo com a organização original aos documentos, determinados grupos, subgrupos e séries em caráter hierárquico, o que nos remete à classificação destes documentos.

Não se pode deixar de considerar a perspectiva da gestão da informação em arquivos e da arquivística integrada. De acordo com Lopes (1996, p. 85), é necessário que a gestão da informação seja prática essencial nas instituições³ e que a gestão arquivística tenha “por base o conhecimento teórico e prático sobre a informação e sobre os parâmetros referentes à organização de acervos [...]”, desta forma, o autor explica que a gestão de documentos é o que pode acarretar a gestão de informações e para que isto ocorra é preciso delimitar e consolidar conceitos que fazem parte do tratamento destes documentos que dever ser realizado com o aprofundamento teórico e prático das atividades que Lopes (1996, p.86), chama de “coração arquivístico”: a classificação, a avaliação e a descrição.

Quanto ao tratamento específico da imagem, nas formas de sua recuperação e descrição arquivística, até o momento, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estão em desenvolvimento, inclusive está sendo elaborado um vocabulário controlado que proporcionará uma melhor recuperação destas imagens e que, de acordo com Heredia Herrera (1993), é instrumento fundamental para a melhor recuperação de documentos desta natureza.

Na Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, SP através da visita técnica e da bibliografia consultada, foi possível identificar as duas formas em que este documento se encontra na instituição.

O trabalho de organização e tratamento das fotografias produzidas pela Biblioteca, ou seja, documentos que contam a história da instituição e de seus fazeres, é bem recente e elaborado por bibliotecários. As fotografias são produzidas, na maior parte dos casos, pela Supervisão de Ação Cultural. Estas fotografias vão para o banco de dados que está sendo construído para abrigá-las e tem circulação interna. Os interesses internos versam sobre os eventos realizados na Biblioteca, a ação cultural, a disponibilização de informações de palestras, cursos na mídia social.

Também são disponibilizadas a pesquisadores com incidência maior de jornalistas que têm o objetivo de preparar matérias específicas sobre a biblioteca ou arquitetos que verificam as transformações do prédio e dos espaços da Biblioteca.

³ Para maior aprofundamento sobre a gestão da informação e seus parâmetros na arquivística ver LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos:** teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

O trabalho feito pelos bibliotecários da instituição inclui, além do desenvolvimento de um banco de dados para abrigar estes documentos, a elaboração de um vocabulário controlado que, a partir das necessidades dos usuários tanto externos como dos próprios profissionais, irá facilitar a recuperação das informações destes documentos. A importância desta documentação está na preservação e acesso das fotografias utilizadas como resultado das ações realizadas, assim fazem o papel do documento produzido pela instituição que servirá para preservação da memória, divulgação e pesquisas acerca da própria instituição. Portanto, os documentos fotográficos com estas características na Biblioteca Mário de Andrade, vão ser tratados de acordo com sua função e departamento que a produziu.

A outra questão dos documentos fotográficos na instituição é seu armazenamento na Seção de Obras Raras. As fotografias são mantidas pelo seu valor histórico e importância para a sociedade de modo geral, saindo um pouco do caráter regional.

O conjunto de álbuns inclui não só documentação relativa à cidade de São Paulo, mas diversos exemplares sobre o Brasil no século XIX, como os editados por Marc Ferrez (1843-1923), a exemplo do soberbo ensaio sobre a Estrada de Ferro do Paraná ou o dedicado ao sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Menção deve ser feita ao álbum intitulado *Província de S. Paulo*, datado de aproximadamente 1870, organizado pelo Barão Homem de Mello, importante colecionador do século XIX. (BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE, Site Oficial)

A equipe da Seção de Obras Raras (s.d.), explica que o pesquisador tem a oportunidade de conhecer álbuns fotográficos editados por Militão Augusto de Azevedo (1887) ou uma série organizada por Washington Luís, durante sua administração municipal entre 1914 e 1919. Os livros ilustrados são outro destaque da coleção que demonstram desenhos feitos a partir de originais fotográficos, como é o caso da edição *Brasil Pitoresco*, de 1859, que tem estampas litográficas feitas a partir de imagens registradas por Victor Frond.

Para a disponibilização de parte deste acervo via internet, foi feito um trabalho conjunto da Biblioteca Mário de Andrade com o Instituto Embratel. Em *Tesouros da Cidade*, é possível consultar vinte álbuns fotográficos dos séculos XIX e XX, além de livros e estampas raras. O projeto permitiu que fossem digitalizados os álbuns de forma a ter uma visão completa.

No ano 2000 a equipe da seção de Obras Raras definiu junto a empresa que realizou todo o processo de digitalização os campos que seriam utilizados para busca

assim como alguns descritores. A equipe se baseou em publicações como as “Normas mínimas recomendadas para catalogação e classificação”, da FUNARTE publicado em 1982, Manual para catalogação de documentos fotográficos, Cassia Maria Mello Silva, também uma publicação da FUNARTE de 1996, no Manual para indexação de documentos fotográficos, da Biblioteca Nacional, entre outras.

Quanto a classificação pode-se inferir que no caso destes documentos, foi designado à Seção que o abriga, considerados seu valor histórico, mas se limita apenas às informações que o documento possui, que por vezes não são suficientes para uma pesquisa. Os descritores e a parte de indexação dos documentos não foram contemplados.

No Museu Paulista, SP são definidas como Documentação Iconográfica as imagens bidimensionais que a instituição possui como pinturas, desenhos, gravuras, impressos, fotografias, negativos, mapas (BARBUY et al, 2001). Na década de 1990 houve uma reestruturação do acervo do Museu fazendo com que o acervo e a documentação fossem reorganizados no sentido de dar o caráter histórico universitário e delimitando de forma efetiva suas linhas de pesquisa e de sua área de atuação, a cultura material (BARBUY et al, 2001). Desta forma, a curadoria passou a se basear na integração de todos os processos que envolvem tanto o acervo quanto a pesquisa proporcionando a produção de conhecimentos científicos assim como a disseminação das informações produzidas e de seu acervo (BARBUY et al, 2001). Começou-se assim, um tratamento geral quanto aos documentos nas questões da própria organização física e da necessidade dos processos de catalogação para estes documentos.

Em artigo sobre a curadoria em museus tratando da documentação iconográfica Lima e Carvalho (2005, p.53) relatam como se desenvolveu no Museu os estudos em relação à “linha curatorial” que seria seguida. As autoras explicam que:

No que diz respeito aos acervos fotográficos, houve mudanças nos procedimentos de aquisição de coleções, que se direcionaram para conjuntos significativos tanto na sua quantidade como na qualidade de informações preservadas.

O fator “importância” que se dá à fotografia a partir da década de 1990 é tratado por Carvalho e Lima (2000), que contextualizam a época explicando que a produção acadêmica e as preocupações com a preservação destes documentos vêm permeadas pelo conhecimento de instituições no país que têm importantes coleções em seus acervos. As preocupações de profissionais da informação que lidam diretamente com as

fotografias vieram expressas, de acordo com as autoras, na quantidade de material que era produzido, na demanda social em relação àqueles documentos e pela informatização que deu cara nova à organização e disponibilização das informações. “É esta perspectiva que se assiste, [...], ao desenvolvimento e proposição de projetos de catálogos eletrônicos que vêm facilitando a busca e a recuperação da informação visual.” (CARVALHO;LIMA, 2000, p.27).

Neste sentido, a implantação de um sistema documental se fez extremamente necessário e os pesquisadores do Museu Paulista idealizaram um sistema que pudesse conter todos os tipos de dados da instituição. Nas palavras dos autores, as opções feitas geraram um “sistema complexo” (BARBUY et al, 2002, p.16), onde se pudesse saber a história, contextualização e ligação dos documentos com todos os outros excluindo a escolha de um sistema que apenas servisse para localizar e disponibilizar informações.

A entrada da documentação fotográfica é feita por doação ou compra e em todos os casos, os docentes pesquisadores selecionam os materiais de acordo com as linhas de pesquisa do Museu. A instituição também conta com a documentação produzida a partir da gestão de Taunay que Makino et al (2002/2003), relatam que, por conta da reorganização dos acervos, os profissionais tiveram a possibilidade de contabilizar estes documentos e perceber a riqueza do acervo que estava armazenado no Museu. Com o intuito de continuar a coletar fotografias que fizessem parte de coleções significativas para a pesquisa, houve o enriquecimento ao longo do tempo com álbuns de família, retratos, paisagens que têm relação com a história do Estado de São Paulo⁴.

Para que os dados dos documentos pudessesem ser dispostos no sistema de documentação, Makino et al (2002/2003) explicam que um vocabulário controlado e tesauro foi criado, baseado na literatura vigente e em outros instrumentos com igual objetivos não só brasileiros como internacionais, para facilitar o trabalho de inclusão de dados (BARBUY et al, 2001). Pela observação realizada *in loco* foi possível perceber que estes instrumentos possibilitaram melhor entendimento do que deveria ser disponibilizado no sistema pelos próprios profissionais envolvidos com a alimentação do sistema.

⁴ As explicações detalhadas sobre o acervo iconográfico do Museu Paulista podem ser encontradas em Makino et al (2002/2003), Lima e Carvalho (2005), Lima e Carvalho (2004) e em publicações essenciais para a compreensão dos processos de mudança e desenvolvimento que o Museu Paulista passa como os Anais do Museu Paulista.

Pela documentação consultada e a pesquisa de observação *in loco* realizada, obteve-se a informação de que os documentos iconográficos no museu sofrem um tratamento unitário e o número de localização no acervo é seqüencial.

A escolha das instituições se deu principalmente por oferecem um rico acervo iconográfico, tratados por profissionais experientes e integrados com o processo de modernização dos acervos e suas mudanças.

4. CONSIDERAÇÕES

O que podemos averiguar com a investigação realizada é que as problemáticas sociais repercutem no modo como estas instituições vão tratar e organizar seus documentos. A sociedade muda, os usuários mudam, os acervos mudam, as práticas de classificar esta documentação têm de acompanhar estes desafios. Para contemplar as nuances que os documentos fotográficos trazem, a classificação nestes campos se torna uma atividade complexa, realizada com parâmetros específicos a cada um, mas com olhares interdisciplinares, que tentam considerar aspectos essenciais para que os documentos sejam recuperados e utilizados de forma ideal.

Qualquer sistema de classificação fechado, que tenha a pretensão de ser uniforme, irá se tornar obsoleto por conta da dinamicidade das relações que influenciam a maneira destes campos tratarem seus documentos. A arquivologia, biblioteconomia e museologia são compostos pela dinamicidade das relações sociais. As práticas que refletirão como as informações serão oferecidas são necessidades das próprias sociedades, moldando um desenvolvimento cíclico entre sociedade, desenvolvimento teórico e práticas consolidadas nas instituições.

Por outro lado, a utilização de sistemas de classificação para a organização de informações revela uma necessidade, por mais que estes sejam apenas um recorte da realidade. Sua utilização deve ser a favor dos objetivos determinados.

Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, em nosso caso os sistemas de classificação, obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento para essas instituições. Cada sociedade classifica segundo seus conhecimentos. Cada uma propõe e desenvolve formas de organizar seu meio de acordo com suas necessidades e expectativas. Assim, como cada sociedade classifica de uma forma, cada instituição tem suas especificidades que por vezes se aproximam e outras se distanciam, mas tentam delimitar um campo apenas seu. Porém, o documento fotográfico está presente nas três instituições.

A arquivologia, biblioteconomia e museologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distintas em funções e em objetivos. A referência das atividades reunidas lado a lado, servindo para os profissionais de cada área conhecer mais um pouco sobre elas é uma das contribuições deste trabalho que pretende favorecer uma reflexão sobre os sistemas de classificação para servir de subsídio a novas discussões sobre o tratamento dos documentos fotográficos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catalogação e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa das normas AACR2 e ISAD (G)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. In: **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.22, 2º semestre, 2006. p.117-140.
- ALVES, M.C., VALERIO, S.A. **Manual de indexação de documentos fotográficos**: versão preliminar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- _____. **Guia do acervo**. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia.php>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. Site oficial. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>>. Acesso em: 21 de mar. 2012.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)
- BARBUY, Heloísa. O sistema documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num museu universitário em transformação. /Le système documentaire du Musée Paulista : la construction d'une banque de données et d'images dans un musée universitaire en transformation. In: OLIVEIRA, Cecilia H. S.; BARBUY, Heloísa (Org.). **Imagen e produção de conhecimento**. São Paulo: Museu Paulista, 2002. p.13-29.
- Seminário realizado no Museu Paulista da USP, São Paulo, 1-2 out. 2001, como parte integrante dos 18èmes Rencontres internationales Image & Science do CNRS-Paris.
- CADERNO de diretrizes museográficas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias como objetos de coleção e de conhecimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.32, 2000.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.
- GIL, Fernando. Classificações. In: _____. **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2001. 432p. v.41.
- GOLÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. A coleção fotográfica V-8. In: **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v.13, n.1, p.253-269. jan./jun., 2005.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer;v.2)
- HEREDIA HERRERA, Antonia. La fotografía e los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. Jornadas Archivísticas, 2, 1993, Palos de la Frontera. La fotografía como fuente de información. Huelva: Diputación Provincial, 1993.
- LARA FILHO, Durval de. **Museu**: de espelho do mundo a espaço relacional. 2006. 139f.
- Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura visual e curadoria em museus de história. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n.2, p.53-77, dez. 2005.
- LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- _____. Comentário XI. **Anais do Museu Paulista**, v.12, p. 73-77, jan./dez. 2004.
- MAKINO, Miyoko et al. O serviço de documentação textual e iconografia do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.10/11, p.259-304, 2002/2003.
- MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jaqueline Torres. Por trás das coleções: uma experiência com os acervos da história da saúde. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.49-54, jan./jun. 2005.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material. V.2, São Paulo, jan./dez., 1994. p.09-42.
- PIE DADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.
- PEÑA, Catalina Naumis. Indización y clasificación: un problema conceptual y terminológico. In: **Documentación de las Ciencias de la Información**, V. 26, 2003, p. 23-40.
- POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em : <www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/pombo-classificacao.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2007.

- SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.
- SANTOS, Rosimeire dos. Os arquivos iconográficos do Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.
- SILVA, Cássia Maria Mello da (coord.). **Manual para catalogação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Funarte/IBAC, Fundação Biblioteca Nacional, IBPC/Museu Histórico Nacional, IBPC/Museu Imperial, FGV /Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- SHERA, Jesse Hauk. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>>. Acesso em: 22 de abril de 2008.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.120-142, ago.dez 2006.
- SOUZA, Daniel Maurício Viana de. **Museus de Ciência e Divulgação Científica**: a informação sob o crivo da ideologia. 107 f. Dissertação (Mestrado). IBICT – Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2007.
- TAGG, John. **El peso de la representación**: ensayos sobre fotografías e historias. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.
- TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.52-57, set./dez. 1995.
- VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).